

# **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E DA GESTÃO FISCAL**



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP  
Certificação de Responsáveis

**Unidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS  
**Código Unidade Gestora:** 01.224.716/0001-35  
**Exercício:** 2012

**Controle de Responsáveis Contábeis por Exercício**  
**CARDUG - Cadastro de Responsáveis de Unidades Gestoras**

Certifico que os dados contábeis da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS, gerados pelo SICAP, referente ao Exercício de 2012, foram assinados digitalmente pelos responsáveis abaixo listados, em cumprimento ao disposto nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007, consolidada pela IN-TCE/TO nº 005/2008.

**Gestor**

---

**Nome:** FABION GOMES DE SOUSA

**CPF:** 19696213115

**Data Início:** 01/01/2009

**Data Fim:** 31/12/2012

**Controle Interno**

---

**Nome:** GUILHERMINA PEREIRA DE NOVAIS LIMA

**CPF:** 28560752153

**Data Início:** 02/01/2009

**Data Fim:** Ainda não foi finalizado

**Contador**

---

**Nome:** JOACY WANDERLEY DE SOUSA

**CPF:** 30973333120

**Data Início:** 12/01/2009

**Data Fim:** Ainda não foi finalizado

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP  
ACOMPANHAMENTO DO PRAZO DAS REMESSAS

---

**Município:** Tocantinópolis - PREFEITURA MUNICIPAL

**Exercício:** 2012

## Poder Executivo

### 1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO AO SICAP.

Foram remetidas as informações referentes ao exercício de 2012, conforme cronograma previsto na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16.12.2009 e portarias regulamentares:

Período	Prazo da Remessa	Data do Envio	Status
Remessa de Orçamento	15/03/2012 - 25/04/2012	25/04/2012	No Prazo
1ª Remessa	15/03/2012 - 25/04/2012	27/04/2012	Fora do Prazo
2ª Remessa	15/05/2012 - 30/05/2012	30/05/2012	No Prazo
3ª Remessa	15/07/2012 - 30/07/2012	30/07/2012	No Prazo
4ª Remessa	17/09/2012 - 02/10/2012	02/10/2012	No Prazo
5ª Remessa	16/11/2012 - 03/12/2012	04/12/2012	Fora do Prazo
6ª Remessa	15/01/2013 - 18/02/2013	14/02/2013	No Prazo
7ª Remessa	15/02/2013 - 15/03/2013	15/03/2013	No Prazo
8ª Remessa	01/04/2013 - 15/04/2013	12/04/2013	No Prazo

14/05/2013 22:05:51



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

<b>Interessado</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS - TO Sr.(a) FABION GOMES DE SOUSA - Prefeito(a)</b>
<b>Assunto</b>	<b>Verificação de Consistência dos Dados 2º Semestre/2012 - RGF - Relatório de Gestão Fiscal</b>

**Informação nº RGF.1721208B6/2012**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2012, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

**ANÁLISE:**

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS ressalta-se o seguinte:

**1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO**

Foram remetidas as informações do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre no dia 14/02/2013, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias ratificadoras.

**2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que o relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre foi publicado em 31/01/2013, fora do prazo estabelecido no artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

**3. DESPESAS COM PESSOAL**

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

<b>DESPESAS COM PESSOAL - 2º Semestre/2012</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>LIMITE MÁXIMO - 54%</b>	<b>DESPESA COM PESSOAL REALIZADA</b>	<b>%</b>
R\$ 25.353.001,13	R\$ 13.690.620,61	R\$ 13.118.274,18	51,74

A despesa com pessoal foi de R\$ R\$ 13.118.274,18, correspondendo a 51,74% da Receita Corrente

Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art.20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

#### **4. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal.**

Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, incs. II e IV e § 1º III.

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - 2º Semestre/2012</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO</b>	<b>LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL %</b>	<b>MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO</b>
R\$ 25.353.001,13	R\$ 30.423.601,36	R\$ 6.099.858,28

Houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

#### **5. GARANTIA - Art. 40, § 1º, da L.C. nº 101/2000 - 2º Semestre/2012**

As garantias são compreendidas por adimplências de obrigações financeiras ou contratuais. As contragarantias poderão constituir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas.

Não houve concessão de garantias no período em referência.

#### **CONCLUSÃO:**

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre/2012 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Tocantinópolis sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2012 do Poder Executivo do Município de Tocantinópolis, considerando que, pelos dados encaminhados através do SICAP, apurou-se o seguinte:

1 - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre de 2012 não foi publicado no prazo. (ITEM 2) .

Esta Coordenadoria, sugere ainda que seja procedida audiência ao(s) responsável(eis), Sr.(a) FABION GOMES DE SOUSA, Prefeito(a) Municipal de Tocantinópolis, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 59, para que apresente alegações de defesa relativamente à(s) restrição(ões) acima anotada(s) da conclusão do presente relatório.

**Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 14 dia(s) do mês de Maio de 2013.**



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

<b>Interessado</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS - TO Sr.(a) ZULLIAS PARENTE AMOURY - Presidente</b>
<b>Assunto</b>	<b>Verificação de Consistência dos Dados 2º Semestre/2012 - RGF - Relatório de Gestão Fiscal</b>

**Informação nº RGF.1721208B6/2012**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2012, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

**ANÁLISE:**

Na análise dos dados informados pela CÂMARA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS ressalta-se o seguinte:

**1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO**

Foram remetidas as informações do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre no dia 29/01/2013, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias ratificadoras.

**2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que o relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre foi publicado em 29/01/2013, no prazo estabelecido no artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

**3. DESPESAS COM PESSOAL**

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

<b>DESPESAS COM PESSOAL - 2º Semestre/2012</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>LIMITE MÁXIMO - 6%</b>	<b>DESPESA COM PESSOAL REALIZADA</b>	<b>%</b>
R\$ 25.353.001,13	R\$ 1.521.180,07	R\$ 662.737,60	2,61

A despesa com pessoal foi de R\$ R\$ 662.737,60, correspondendo a 2,61% da Receita Corrente

Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art.20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

## **CONCLUSÃO:**

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre/2012 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Legislativo do Município de Tocantinópolis sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Semestre de 2012 do Poder Legislativo do Município de Tocantinópolis.

**Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 14 dia(s) do mês de Maio de 2013.**



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP

<b>Interessado</b>	<b>Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO Sr.(a) FABION GOMES DE SOUSA - Prefeito(a)</b>
<b>Assunto</b>	<b>Verificação de Consistência dos Dados 6º Bimestre/2012 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária</b>

**Informação nº RREO.1721208B6/2012**

A Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2012, além de outras informações, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Instruções Normativas TCE/TO nº 008/2007 e TCE/TO nº 005/2008.

**ANÁLISE:**

Na análise dos dados informados pela Prefeitura Municipal de Tocantinópolis ressalta-se o seguinte:

**1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO**

Foram remetidas as informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre no dia 14/02/2013, no prazo estabelecido na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16/12/2009, ou Portarias retificadoras.

**2. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão e está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O Art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o RREO será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo do Município.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre foi publicado em 31/01/2013, fora do prazo estabelecido no artigo 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

**3. GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**3.1. Aplicação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, art. 212)**

<b>Aplicação em Ensino/Receita de Impostos e de Transferências Constitucionais</b>			
<b>RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>APLICAÇÃO MÍNIMA - 25%</b>	<b>MONTANTE APLICADO</b>	<b>%</b>
R\$ 14.884.932,30	R\$ 3.721.233,08	R\$ 5.543.176,46	37,24



O Poder Executivo Municipal, até o 6º Bimestre/2012, realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$ 5.543.176,46, representando 37,24% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, o que evidencia a tendência de cumprimento da aplicação de, no mínimo, 25% dessas receitas, como previsto no art. 212 da Constituição Federal.

### **3.2. Destinação dos recursos do FUNDEB em pelo menos 60% (sessenta por cento) com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (Lei Federal nº. 11.494/2007, art. 22)**

<b>Aplicação dos recursos do FUNDEB (Com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)</b>			
<b>RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>APLICAÇÃO MÍNIMA - 60%</b>	<b>MONTANTE APLICADO</b>	<b>%</b>
R\$ 3.830.919,49	R\$ 2.298.551,69	R\$ 2.933.431,35	76,57

O Poder Executivo Municipal no 6º Bimestre/2012, destinou dos recursos do FUNDEB, R\$ 2.933.431,35, para remuneração dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício, representando 76,57% do montante dos recursos do FUNDEB, o que evidencia a tendência de cumprimento da aplicação de, no mínimo, dos 60% (sessenta por cento) desses recursos, prevista na Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22.

## **4. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

<b>Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde/Receita de Impostos e de Transferências Constitucionais</b>			
<b>RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>APLICAÇÃO MÍNIMA - 15%</b>	<b>MONTANTE APLICADO</b>	<b>%</b>
R\$ 14.494.593,02	R\$ 2.174.188,95	R\$ 4.988.712,66	34,42

**Limite mínimo, fixado no art. 198, §2º, inc. III, e art. 77, inc. III do ADCT, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.**

O limite mínimo de aplicação do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea 'b' e §3º, da Constituição Federal, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a partir do exercício de 2004, é de 15% conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art.198, §2º, inc. III e art. 77, inc. III, do ADCT.

O Município, até o 6º Bimestre/2012, realizou gastos com ações e serviços de saúde no montante de R\$ 4.988.712,66, representando 34,42% da receita resultante de impostos e de transferências constitucionais, evidenciando a tendência de cumprimento da aplicação mínima, previstas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal.

## **5. IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO - Art. 156, da CF, art. 11 da LRF - até 6º Bimestre/2012:**

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente.

Foram previstos os impostos de competência constitucional do município no valor de R\$ 1.135.000,02, e efetivamente arrecadado o valor de R\$ 1.059.387,61, tendo cumprido o estabelecido no dispositivo acima mencionado.

### **CONCLUSÃO:**

Considerando que os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre/2012 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Tocantinópolis sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro

correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º Bimestre de 2012 do Poder Executivo do Município de Tocantinópolis, considerando que, pelos dados encaminhados através do SICAP, apurou-se o seguinte:

1 - O Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2012 não foi publicado no prazo. (ITEM 2) .

Esta Coordenadoria, sugere ainda que seja procedida audiência ao(s) responsável(eis), Sr.(a) FABION GOMES DE SOUSA, Prefeito(a) Municipal de Tocantinópolis, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 59, para que apresente alegações de defesa relativamente à(s) restrição(ões) acima anotada(s) da conclusão do presente relatório.

**Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 14 dia(s) do mês de maio de 2013.**



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins  
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal  
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP  
Lista Anual de Alertas  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS  
Exercício de 2012

<b>Número do Alerta</b>	<b>Assunto</b>	<b>Data de Geração</b>	<b>Recebido por</b>
2012000244	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	27/04/2012 08:59:48	FABION GOMES DE SOUSA
2012002969	Despesa com Pessoal	14/02/2013 19:24:01	JOACY WANDERLEY DE SOUSA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/válidade do documento 'RACGF 2948/2013'

NAJLA MANSUR BRAGA

Código de Autenticação: 8e2d19fdc4abcbebbba44c9021e30b759 - 15/05/2013 08:54:07